

A nova postura dos EUA com relação à dívida *externa*

O convite feito ontem em Seul pelo secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, para que as partes interessadas se sentem à mesa de negociações a fim de levar a bom termo o programa que propôs para os países endividados, representa uma importante abertura no sentido de proporcionar uma solução equânime para a crise do endividamento.

Embora o secretário Baker, compreensivelmente, tenha procurado não dar essa impressão, o fato é que a sua proposta configura uma mudança fundamental na postura da administração Reagan, que até aqui sustentava que a dívida deveria ser negociada diretamente pelos países em desenvolvimento junto aos bancos credores, sob o escudo do Fundo Monetário Internacional (FMI). O secretário do Tesouro dos EUA agora manifesta a disposição de seu governo de participar ativamente dos entendimentos entre os devedores, as agências internacionais e os grandes bancos, reconhecendo que não é viável uma solução exclusivamente "de merca-

do" para um problema tão complexo, com nítidas conotações políticas e sociais.

Vemos com otimismo a nova posição do governo dos Estados Unidos, que coincide com o ponto de vista que temos defendido e que hoje corresponde à política posta em prática pelo governo Sarney. Verifica-se atualmente em Seul uma evolução há muito esperada, a partir da aceitação do princípio, insistentemente defendido pelo governo brasileiro, de que é preciso manter a economia dos países endividados em crescimento, sob pena de lançá-los em uma convulsão social de consequências incalculáveis.

O secretário Baker endossou essa tese explicitamente, recomendando aos bancos internacionais a concessão de novos empréstimos aos países em desenvolvimento no total de US\$ 20 bilhões ao longo dos próximos três anos. Ao mesmo tempo, o Banco Mundial e outras instituições multilaterais deverão procurar adaptar as suas políticas de financiamento à promoção equilibrada do crescimento desses países.

Como contrapartida, os devedores deveriam esforçar-se para criar um clima mais favorável aos investimentos externos, liberalizar o comércio e privatizar a sua economia. Por si mesmas, são premissas perfeitamente aceitáveis. As economias dos países endividados, particularmente da América Latina, têm-se ressentido da escassez de investimentos diretos, hoje direcionados para outras regiões do mundo. Sem dúvida, há espaços abertos para a aplicação de capital de risco, que, se não tem sido maior, isso não se deve a restrições absurdas.

Quanto à liberalização do comércio, os elevados superávits que países como o Brasil vêm obtendo não foram determinados por objetivos políticos internos. Esses saldos elevados tornaram-se praticamente obrigatórios como o único meio de esses países fazerem caixa para efetuar o pagamento dos juros sobre as suas dívidas externas. Naturalmente, com fornecimento de dinheiro novo pelos bancos credores e aumento dos financiamentos das instituições internacionais, tais

países deverão absorver um maior volume de importações, tanto mais porque um crescimento mais acentuado de suas economias o exigirá.

E claro que nem credores nem devedores imaginam que se possa voltar à era do endividamento desbragado. Mas é apenas razoável que os países devedores, depois dos sacrifícios a que foram submetidos a partir de 1982, procurem manter pelo menos a sua dívida externa no mesmo nível real. Uma dívida como a do Brasil, de US\$ 102 bilhões, poderia crescer 3,5% ao ano, aproximadamente o nível da inflação nos EUA hoje. O País passaria a dever praticamente o mesmo, mas com um aporte de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano, e a transferência real de recursos ao exterior seria substancialmente reduzida, favorecendo o crescimento econômico sustentado nos próximos anos. Estamos convencidos de que a opção pelo crescimento, como agora os países industrializados tomam consciência, não atende apenas aos interesses dos países endividados, mas de todo o mundo livre.